

TÍTULO DO TRABALHO			
FORMAÇÃO PARA “EMPREENDER ‘PRECARIADOS’”: balanço das políticas do PT para a cultura			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Felipe da Silva Duque	Universidade Federal Fluminense	UFF	Mestre
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O objetivo deste trabalho é apresentar o nexu do modelo social-liberal e os seus desdobramentos junto as gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira no Ministério da Cultura (2003-2010), caracterizado por ampliar o terceiro setor na condução de suas políticas para a área. Nesse sentido, é necessário um balanço do esgotamento do neoliberalismo ortodoxo e a transição para esta modalidade de gestão do Estado representada pelo social-liberalismo. A compreensão deste modelo enquanto “conciliador” do público e do privado, se efetiva com adoção do terceiro setor na reformulação da gestão estatal. Elementos incorporados na gestão de Gil (2003-2008) e Ferreira (2008-2010) que trazem consigo um discurso análogo ao dos organismos multilaterais internacionais em relação a cultura, ou seja, a necessidade de compreendê-la sob a lógica do mercado.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Social-liberalismo; terceiro setor; ministério da cultura			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The objective of this paper is to present the nexus of social-liberal model and its developments along the managements of Gilberto Gil and Juca Ferreira at the Ministry of Culture (2003-2010), characterized by expanding the third sector in the conduct of its policies for the area . Therefore, it's necessary to take stock of the exhaustion of orthodox neoliberalism and the transition to this state management mode represented by social-liberalism. Understanding this model while "conciliator" in the public and private, be effected on adoption of third sector in the reformulation of state management. Elements incorporated in Gil management (2003-2008) and Ferreira management (2008-2010) who bring a similar speech to the international multilateral organizations in relation to culture, ie the need to understand it in the logic of the market.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Social liberalism; third sector; Culture Ministry			
EIXO TEMÁTICO			
A luta libertadora da cultura e da arte			

FORMAÇÃO PARA “EMPREENDER ‘PRECARIADOS’”: BALANÇO DAS POLÍTICAS DO PT PARA A CULTURA

Introdução

No final dos anos 1990, em virtude do balanço negativo do neoliberalismo ortodoxo, a burguesia mundial adota o modelo social-liberal como nova plataforma de gestão do Estado. Ao assumir um discurso de “humanização” do capital, a classe dominante passa a explorar as relações do poder público em parceria com o privado. Nesse sentido, o terceiro setor assume um papel fundamental na condução dessa política, que incorpora novos elementos com a posterior adesão à teoria da “terceira via” e a reivindicação da cultura enquanto mercadoria.

No Brasil, estas questões emergem com a vitória do presidente Lula em 2002. Ao adotar o social-liberalismo como forma de gestão do Estado, o ex-sindicalista flexiona tal política junto aos seus ministérios. Em destaque, o Ministério da Cultura, através dos ministros Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010), onde sob o discurso de valorização da cultura popular, ocorre a intensificação das políticas direcionadas à periferia, demarcadas, principalmente, pelas parcerias com o denominado “terceiro setor”.

Social-Liberalismo e terceiro setor

O esgotamento do neoliberalismo no final dos anos 1990, desdobrou-se na necessidade de um novo modelo de gestão junto a classe dominante. A agudeza da luta de classes, principalmente, em manifestações políticas por toda a América Latina, exigiu uma resposta que transversalizasse as demandas sociais, mas que não excluísse o mercado dessa nova orientação. A solução se deu com a adesão de uma nova modalidade do neoliberalismo, denominada *social-liberalismo*, caracterizada, principalmente, pela importância do terceiro setor na gestão de políticas públicas.

A transição para o social-liberalismo é o resultado de uma série de questões que pontuavam a falência do neoliberalismo ortodoxo, em colapso após o balanço negativo de suas promessas:

Os resultados prometidos às populações não foram alcançados: as taxas de crescimento econômico continuaram estagnadas, o desemprego cresceu, os empregos gerados foram de baixa qualidade e, principalmente, os índices de pobreza e desigualdade aumentaram. Gradativamente tomou-se consciência de que o receituário-ideal do neoliberalismo não reunia condições políticas e ideológicas para cumprir suas falsas promessas. Um mal-estar generalizado

começou a ser sentido pelas classes subalternas diante dessa situação de deterioração social. Era a hora de o neoliberalismo sofrer um suave ajuste na sua direção estratégica (CASTELO, 2013, p. 244).

Nesse novo ajuste, o Estado teria uma nova função: “regular as atividades econômicas e operacioná-las em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencializadas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da ‘questão social’”. Essa nova variante ideológica do neoliberalismo – denominada *social-liberalismo* – tem em sua perspectiva promover o sincretismo do Estado e o mercado, acreditando poder instaurar a justiça social (idem, pp. 244-247). O social-liberalismo desconhece a polarização “esquerda-direita” e atribui uma superação da mesma no cenário político atual.

Na nova lógica do social liberalismo, o chamado *terceiro setor* tem um papel fundamental. Sua definição se dá em torno de iniciativas privadas de utilidade pública originadas na “sociedade civil”, ou seja, com fins públicos não lucrativos. Se diferenciaria do primeiro setor (público, Estado) e do segundo setor (privado, mercado). Para seus teóricos, seriam organizações e/ou ações da “sociedade civil” (não estatais e não mercantis). Para os teóricos do conceito, “sociedade civil” seriam a) organizações não-lucrativas e não-governamentais: ONGs, movimentos sociais, organizações e associações comunitárias; b) instituições de caridade: religiosas; c) atividades filantrópicas: fundações empresariais, filantropia empresarial, empresa cidadã, que teriam “descoberto” a importância da “atividade social”; d) ações solidárias: consciência solidária, de ajuda mútua e de ajuda ao próximo; e) ações voluntárias; f) atividades pontuais e informais (Montaño, 2010, p. 182).

Montaño (idem) alerta para a limitação do termo “sociedade civil” a qual o terceiro setor se refere. É perceptível a ausência de entidades representativas dos trabalhadores como organizações sindicais e de movimentos sociais combativos (MTST, MTD etc.)¹, por exemplo. Montaño segue sua crítica abordando uma outra questão do terceiro setor que seria a forma dúbia que seus teóricos tratam da função da mesma.

1. Atividades públicas desenvolvidas por particulares. São “iniciativas particulares com um sentido público” [...], “organizações orientadas para a ação”;

¹Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e Movimento dos Trabalhadores Desempregados.

2. Função social de resposta às necessidades sociais: “[...] ONGs, ligam o cidadão comum com entidades e organizações que podem participar da solução de problemas identificados”;

3. Valores de sociedade local, auto-ajuda e ajuda mútua: “valores do terceiro setor [...] altruísmo, compaixão, sensibilidade para com os necessitados e compromisso com o direito de livre expressão (MONTAÑO, 2010, p. 184).

Diante dessa descrição, cabe analisarmos criticamente que o que está em jogo “não é o âmbito das organizações, mas a modalidade, fundamentos e responsabilidades inerentes à intervenção e respostas para a ‘questão social’, percebe-se a desresponsabilização do Estado, desoneração do capital e a auto responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele)” (ibidem, p. 185). Percebe-se a transformação político-econômico-ideológica para a restrita questão técnico-operativa.

Opera-se não apenas a já mencionada setorialização do real, mas uma verdadeira despolitização do fenômeno e do debate. A discussão é levada para a comparação entre instituição estatal – tratada como burocrática, ineficiente, corrupta, rígida e em crise (fiscal) – e organizações do “terceiro setor” – tidas como dinâmicas, democráticas, “populares”, flexíveis, atendendo as particularidades regionais e categoriais. (ibidem)

O precipitado conceito de terceiro setor é ilegítimo, pois não se refere a um novo setor, mas sim a funções sociais desenvolvidas por organizações da “sociedade civil” e empresas, não mais pelo Estado, porém com o suporte do Estado. Montañó (p. 186) reconhece o terceiro setor inserido no processo de reestruturação do capital, portanto, alicerçado nos princípios neoliberais e, agora, no social-liberalismo. O terceiro setor tem uma função social que é responder “questões sociais”, seguindo valores de “ajuda mútua, solidariedade local e auto-ajuda” (idem) para deslocar mobilizações sociais organizadas.

Embora os teóricos do “terceiro setor” façam esse esforço em defini-lo vagamente como “eticamente virtuoso, livre das ingerências impuras do mundo da política, da corrupção e da ineficiência do Estado e das falhas do mercado” (idem), percebemos que:

A sociedade civil-contemporânea comporta, em seu seio, aparelhos privados de hegemonia de recortes políticos-ideológicos progressistas e

conservadores. Virou moda, no social-liberalismo, empresários bilionários, socialites, celebridades, esportistas milionários e toda sorte de membros das classes proprietárias doarem recursos para instituições do “Terceiro Setor”, sendo que muitos assumem o papel de empreendedores sociais criando suas próprias fundações filantrópicas (CASTELO, 2013, p. 246).

Conforme Motta (2012) aponta, as desigualdades sociais passaram, mais uma vez, a ser um dilema da burguesia e seus intelectuais. A crise do neoliberalismo na virada do século e o aumento da pobreza empurrou os organismos multilaterais a elaborarem novas saídas para esse contexto, afinal, havia a possibilidade real de colocar em cheque as democracias burguesas dos países periféricos. A protagonização dos principais órgãos internacionais do capitalismo como FMI², OMC³, Banco Mundial, dentre outros, colocava a questão da “pobreza” na ordem do dia, afinal, já se “pipocavam” mobilizações no mundo, principalmente na América Latina⁴.

A teoria da “terceira via” se fortalece nesse processo. Um dos seus principais teóricos, Giddens, diante da agudeza dos conflitos sociais, busca apresentar uma saída passiva a esse contexto:

[...] ele propõe então um “programa modernizante da democratização”, um “mix” de conservadorismo moral para remontar a solidariedade social corroída pelo individualismo exacerbado e de desenvolvimento de atitudes ecologicamente modernas para reconhecer o dualismo dos avanços tecnológicos. Segundo o autor, “um programa capaz de controlar adequadamente as forças que a globalização e a mudança tecnológica desencadearam. Para tal, é preciso “combinar solidariedade social com uma economia dinâmica” (MOTTA, 2012, p. 81).

Democracia nesse novo contexto, vem a corroborar as demandas do terceiro setor, ou seja, descentralizar as ações sociais do governo. Giddens vai mais além, ele propõe autonomia das

² Fundo Monetário Internacional

³ Organização Mundial do Comércio

⁴ A famosa crise da Tequila no México em 1995 e o movimento neo-zapatista nessa região já demonstrava os primeiros resultados reais do neoliberalismo. Apesar dos países centrais não serem tão afetados pela crise, havemos de recordar a famosa batalha de Seattle nos EUA em 1999, onde se adiou a reunião da Organização Mundial do Comércio, concluindo em repercussões a nível mundial.

Nos países periféricos, víamos a queda das economias da Malásia e Indonésia na Ásia. Na América do Sul, o processo de crise se desenvolvia no Brasil, Argentina e Venezuela em meados de 1998. A resposta se daria com diversas mobilizações populares, como a da Argentina em 2001, onde tivemos quatro presidentes em dois meses ou na Bolívia, com as guerras da água (2000), gás (2003 e 2005) e a eleição de Morales, o primeiro presidente indígena da Bolívia. No caso da Venezuela, Hugo Chavez (1999) punha em debate o projeto “bolivariano”, movimento visto com desconfiança pelos EUA.

comunidades locais e bairros no que tange a renovação social e material dos mesmos. É preciso buscar empreendimentos nesses locais. O autor, porém, diferente do terceiro setor que busca escamotear o papel do Estado, é explícito quanto a necessidade dessas parcerias, conforme aborda Motta (2012, p. 82) “a política de terceira via defende uma ‘nova economia mista’, que busque uma ‘nova sinergia’ entre os setores públicos e os privados; parceria entre o ‘Estado e a sociedade civil’”.

O terceiro setor ante uma busca de superação do Estado, agora, diante da abordagem teórica da terceira via no social liberalismo vem exercitar essa nova sinergia das parcerias público-privadas. Característica ampliada já no início da década de noventa, porém, sofisticada no início dos anos dois mil. Afinal, o balanço da década de noventa quanto ao terceiro setor é factível quanto a sua expansão no Brasil:

A título de ilustração, pode-se identificar que desde os anos 1990, no Brasil, houve um aumento significativo do número de organizações não governamentais (ONGs) e de empresas ditas “cidadãs” ou “responsáveis socialmente”, que investem ou atuam em atividades educativas informais, visando ao combate à violência infantil urbana e rural, ou a sanar o problema dos meninos de rua, ou do trabalho e prostituição infantis; também atuam na educação de jovens e adultos da periferia urbana e de favelas, patrocinando programas profissionalizantes e de inclusão digital, e na educação infantil, através da criação de creches etc., além de apoiarem programas e ações governamentais (MOTTA, 2012, p. 106).

O receituário neoliberal produziu uma série de documentos com o objetivo de incitar a uma globalização humanizada, a um capital social. O revisionismo neoliberal atingiu os principais organismos multilaterais do capitalismo e a ONU teve um papel importante nesse momento. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) patrocinou em 1987, um estudo chamado *Adjustment with human face*⁵. Durante toda a década de noventa, a ONU promoveu ciclo de conferências sociais debatendo e discutindo temas como infância (NY-90), meio-ambiente e desenvolvimento (Rio-92), direitos humanos (Viena-93), população e desenvolvimento (Cairo-94), desenvolvimento social (Copenhague-95), mulher (Pequim-95) e habitação (Istambul-96). Para intensificar o apoio dos sociais-liberais, a ONU confeccionou a Declaração do Milênio (2000), onde

⁵Adjustment with human face , ONU, p. 61, 1987,
http://www.unicef.org/about/history/files/unicef_annual_report_1987.pdf Acessado em 12/01/2014.

189 países assinaram e se comprometeram a cumprir as metas como erradicação da miséria, fome, analfabetismo etc.

No caso da América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) vinculada a ONU, publicou uma série de documentos onde visava adequar seus objetivos as novas demandas do social-liberalismo. Em clima de nostalgia, os cepalinos agora se regozijavam com a possibilidade de combate ao liberalismo ortodoxo e do resgate as teses desenvolvimentistas. Os fóruns internacionais, como o de Davos (2000), traziam as principais estrelas acadêmicas, política e do mercado como Bill Clinton, Lula, FHC, Kirchner, Tony Blair etc. Nesse espaço se buscava o debate de temas para a humanização do capitalismo e, conseqüentemente, a adesão ao social-liberalismo.

O social-liberalismo foi discutido, preparado e fermentado em círculos fechados por seus ideólogos ativos antes de chegar ao senso comum. Evocando antigos signos da modernidade, como a razão, a justiça, a ciência e seus signos matemáticos, busca-se atualizá-los de acordo não somente com um linguajar contemporâneo, mas com técnicas modernas de dominação, como a propaganda e o marketing. A ideologia social-liberal é produzida e difundida por uma ampla rede de aparelhos privados de hegemonia: agências multilaterais de desenvolvimento, organizações não governamentais, fundações filantrópicas laicas e religiosas, mídias impressas e televisivas, intelectuais tradicionais e orgânicos da direita, bem como egressos da esquerda, e business man. São inúmeros os agentes do social-liberalismo, desde os ideólogos ativos – os formuladores das propostas neoliberais – até os passivos, que propagam esta ideologia, às vezes sem muita clareza do que realmente está em jogo, reproduzindo no nível do senso comum (e próximo a ele) as teses formuladas no plano da filosofia (CASTELO, 2013, p. 257).

A problemática principal do social-liberalismo – comportar a primazia do mercado em harmonia com o Estado, através do terceiro setor, para evitar questões como a “questão social” e revoltas populares – é conservar a manutenção da ordem burguesa através de uma política de conciliação de classes. Elementos que serão incorporados no governo Lula (2003-2010) e adotados nos seus ministérios, conforme veremos a seguir no Ministério da Cultura, junto as gestões de Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010). Caracterizadas, principalmente, por adotar o

terceiro setor como importante elemento na condução das políticas públicas deste ministério e diálogo com a forma de gestão social-liberal.

A resignificação do Ministério (2003-2010)

A vitória de Lula em 2002 e a escolha de Gilberto Gil para o Ministério da Cultura (MinC) se configuraram como um “divisor de águas” para as políticas públicas na área no Brasil. Gil e depois Juca Ferreira buscaram encampar uma política de supervalorização da cultura popular em parceria com o chamado terceiro setor. Promoveram a importância do ministério no que compete a canalização de recursos e gestão interna com ações orientadas a assumir a perspectiva mercadológica da cultura no Brasil.

Gilberto Gil⁶ (janeiro de 2003-julho de 2008), em sua gestão, vem a resignificar o Ministério da Cultura no Brasil. Juca Ferreira⁷ (agosto de 2008-dezembro de 2010; janeiro de 2015), secretário executivo do ministério na gestão de Gil, iria dar sequência ao modelo adotado pelo ex-ministro. Modelo que relativiza a compreensão da função do MinC⁸ e emerge discussões quanto ao oligopólio cultural e artístico praticado por este ministério. Aliado a isso, temos a reconfiguração de seu papel:

Os anos de 2003 a 2010 constituem um período de grande agitação na cultura brasileira, quando políticas públicas para o setor passaram por transformações radicais, tanto no plano conceitual quanto na forma de interação do governo com a sociedade civil. [...] Em linhas gerais, elas apontavam para uma nova compreensão do papel do Estado brasileiro, sobretudo como articulador da cultura em três dimensões: a simbólica, responsável pela elaboração do modo de ver e recriar o mundo; a cidadã,

⁶Gilberto Gil é conhecido como um dos maiores cantores e compositores da história da música popular brasileira. Sua aparição se deu na construção e protagonismo (ao lado de outros músicos como Caetano Veloso, Gal Costa, Torquato Neto, Os Mutantes e Tom Zé, além de cineastas como Glauber Rocha, artistas plásticas, dentre eles Hélio Oiticia e o teatro através de José Celso Martinez) num dos maiores movimentos culturais brasileiros, denominado tropicalismo (final dos anos 60). Movimento este caracterizando pela mistura de manifestações tradicionais da cultura brasileira com a arte pop brasileira e estrangeira (pop rock e concretismo). Gil inicia sua vida política ao ser eleito vereador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em Salvador no período de 1989-1993. Em 1990 ele já se transfere para o Partido Verde (PV), onde assume uma postura de preocupação com o meio-ambiente.

⁷ Juca Ferreira é formado em sociologia pela Universidade Paris 1 – Sorbonne, na França. Foi líder estudantil secundarista no final da década de 60, onde chegou a ser eleito presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Nos anos 80 se engaja nos movimentos ambientalistas culminando na filiação ao Partido Verde (PV), onde seria vereador nos anos de (1993-1996) e (2000-2003). No ano de 2003 é convidado por Gil a assumir o cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, iniciando uma metodologia de compreensão do ministério que iria levar na sua gestão ao assumir a pasta.

⁸ O Ministério da Cultura só viria ser criado em 1985, no governo Sarney, no período da “democratização”. Sempre foi um ministério marginal, tendo sua quase extinção no governo Collor (1990-1992). Até o governo do Gil, o MinC se limitava a ser acionado por empresários em busca de isenções fiscais.

como fator de integração social; e a econômica, pela sua alta capacidade de produzir riquezas (ALMEIDA, ALBERNAZ e SIQUEIRA, 2013, p. 5).

Essa tríade do **simbólico-cidadão-econômico** permanece com frequência nas ações desse ministério. *Grosso modo* podemos afirmar que o *simbólico* é a reivindicação da cultura produzida pelos setores populares (culinária, música etc.), conforme atesta Gil ao comentar que ocorre uma “incapacidade das instituições de reconhecer e dar poder às populações detentoras de um saber real, desprovidas do saber universitário e bacharelesco” (idem apud Gil, p. 25). Para o ex-ministro há a reivindicação dos setores que constroem a cultura popular, portanto ocorre a necessidade da diversidade cultural e seu desembocamento na formação do cidadão consciente, com amplo acesso a bens culturais (teatro, cinema, centros culturais, bibliotecas, museus etc.) aspecto importante para inseri-lo na chamada economia da cultura (idem), o que pode-se interpretar como *mercantilizar a cultura*, isto é, subordiná-la à lei do valor.

Característica presente na contemporaneidade, onde temos o brutal avanço do capitalismo em todas as esferas do planeta, inclusive a cultura, compreendida nessa lógica, ou seja, inserida nessa dinâmica de avanço do mercado. (JAMESON, 2011). É importante frisar que a cultura enquanto mercadoria busca unificar a “alta cultura”⁹ e a cultura pós-moderna¹⁰, avançando sob a cultura de massa ou popular. O caso da cultura de identidade¹¹, igualmente, pode ser cruzada com a cultura pós-moderna ou comercial, como o consumismo gay¹², por exemplo. A alta cultura toma a cultura pós-moderna como parte de sustentação da própria ordem social para sua circulação.

Dentro desse panorama, porém, podemos encontrar duas expressões em contraste a cultura dominante: a) cultura alternativa; b) cultura opositora. Cada uma está à mercê da variação histórica constante em conjunturas reais. A caracterização da cultura enquanto “a” ou “b” estar suscetível a correlação de forças com a cultura dominante (WILLIAMS, 2011, p. 55). Para melhor elucidar essa questão, é importante destacar outra distinção: *residuais e emergentes*.

⁹ Cevasco (2003) compreende “alta cultura” como aquela direcionada à classe dominante, ou seja, que carrega elementos culturais pouco popularizados; Ex: música clássica.

¹⁰ Segundo Reis (2012), o pós-modernismo é “destituído de qualquer utopia (política, artística, pessoal etc.)”, para essa teoria o “mundo natural [é] encarado como uma extensão da Cultura, na qual subjaz a lógica da rentabilidade.” (pps. 151-152), portanto, compreendemos “cultura pós-moderna” como aquela descomprometida com a criticidade.

¹¹ Williams (2011) define a “cultura de identidade” como aquela que se refere ao sentimento criado por um grupo na medida que ele é influenciado pela cultura. A influência se dá por questões como: lugar, gênero, história, nacionalidade, idioma, crença religiosa, etnia, orientação sexual etc.

¹² O “consumismo gay” refere-se ao mercado direcionado a parte do público LGBT, identificado como homem, branco e classe média. No EUA, o exemplo mais evidente disso foi o Pink Dollar (dólar americano onde os gays faziam uma marca cor-de-rosa para mostrar a movimentação de seus dólares). Segundo o IBGE (2010), os gays gastam 30% a mais que os heterossexuais em artigos como roupas, lazer e gastronomia. Em estética, os gays gastam mais de 60%. Fonte: <https://oconfessionario.wordpress.com/2010/09/14/empresas-que-apostam-em-consumo-gay-tem-muito-mais-lucro/> Acessado em 26/02/2015.

A [cultura] residual não é a mesma coisa que arcaica. [...] Ela é um elemento ativo do presente, uma expressão de valores e experiências que uma cultura dominante não consegue acomodar plenamente. [Exemplos:] comunidade rural e a religião organizada. Uma boa parte da cultura como identidade ou solidariedade é, nesse sentido, residual – enclaves da resistência tradicionalista dentro do presente que tiram a sua força [...] e que pode ser “oposicionista” ou “alternativas” (EAGLETON, 2011, p. 174).

Portanto, cultura residual seriam “aquelas experiências, significados e valores que não podem ser verificados ou expressos nos termos da cultura dominante, são, apesar de tudo, vividos e praticados sobre a base de um resíduo” (WILLIAMS, 2005, p. 218). Em relação a cultura “emergente”, Williams compreende aquela que incorpora os “resíduos” atribuindo-lhes “novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos e experiências estão sendo continuamente criados” (p. 57). A análise de uma cultura “emergente” e “residual” é complexa, pois, ambas, podem ter sido incorporada ou não incorporadas. Fator reconhecido na análise de seu englobamento juntos as práticas e experiências humanas na sua tentativa de incorporação que, no capitalismo recente, é constantemente assediada pela lógica da mercadoria.

Elemento abordado, inclusive, por organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, nos seus recentes relatórios sobre cultura. Onde é evidenciada a necessidade de encarar a *economia da cultura* como um importante setor a ser explorado. Segundo o “*Relatório de Economia Criativa – 2010 - Economia Criativa: uma opção de Desenvolvimento Viável*”¹³, apesar do termo carecer de uma melhor definição diante das diferentes abordagens, o fundamental é compreendê-lo dentro de uma lógica global mercantil (p. 6).

Cabe ressaltar que os recentes debates na área sempre trazem consigo uma justificativa econômica, conforme aponta (SOUZA, 2010):

É interessante: por mais que se critique a mercantilização da cultura e seu tratamento como mero meio para a realização de bons negócios etc., um dos principais motivos apresentados para a recente “valorização” desta esfera no debate político é justamente sua importância econômica. Assim, o debate sobre a importância de se “dar a devida atenção” à cultura geralmente vem acompanhado da lembrança de que: o valor bruto da produção das atividades industriais culturais responde por em torno de 5% do valor bruto

¹³Relatório da Economia Criativa 2010 - Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável. Organização das Nações Unidas. [S.l.], p. 393. 2010.

da produção da indústria da transformação brasileira; o da produção das atividades de serviços culturais correspondem a mais de 30% do total na área de serviços; os salários e outras remunerações do pessoal ocupado no “setor cultural” da economia brasileira responde por mais de 5% da massa salarial total etc. (p. 222)

Gil¹⁴ ressalta a necessidade de apreço pela economia da cultura quando pontua diferentes dados em relação ao PIB de cada nação no cenário mundial:

Em 2002, o impacto da indústria cultural no PIB dos EUA passou a 6%, ou US\$ 626,6 bilhões, empregando 4% da força de trabalho. [...] Segundo estudo feito [...] a economia da cultura no planeta crescerá em média 6,3% ao ano, para um crescimento geral médio de 5,7%.

A cultura é, portanto, estratégica por apresentar externalidades para outras dimensões da vida das sociedades: impactos da cultura podem ser observados na economia, na política, na segurança pública, na saúde, na educação, no turismo, na pesquisa científica e tecnológica, no desempenho profissional, em, em todas as dimensões da vida (ALMEIDA, ALBERNAZ e SIQUEIRA, 2013, p. 347-348).

Apropriando-se das recomendações dos organismos multilaterais, Gil-Juca introduzem um debate mais sofisticado quanto a relação cultura-mercado. Segue abaixo uma importante fala de Gil¹⁵ sobre a Economia da Cultura:

Um bem simbólico é um produto cultural, político e econômico – simultaneamente. Como envolve custos de criação, planejamento e produção é, obviamente, uma fonte geradora de empregos e renda. Uma fonte de lucro para empresas e de captação de divisas para países exportadores de bens e serviços culturais.

Ou seja: além de dar emprego em casa, a produção cultural pode trazer dinheiro de fora. Hoje, o mercado internacional de bens e serviços e culturais é extremamente dinâmico, envolvendo bilhões e bilhões de dólares. [...] O comércio internacional de serviço move, anualmente, cerca de 2 trilhões de dólares (idem, p. 242).

¹⁴ Em uma palestra no Instituto Rio Branco em 2005.

¹⁵ Abertura do Seminário Cultura XXI – Fortaleza, 19 de março de 2003.

Juca Ferreira, que assumiu a pasta da Cultura em 2008 e deu prosseguimento ao trabalho de Gil, é mais enfático em sua abordagem da economia da cultura quando diz¹⁶ que deseja a “economia cultura no mesmo patamar do agronegócio, da indústria e dos serviços tradicionais” (idem, p.207). Ao pontuar a necessidade de ampliar o negócio cultural, o então ministro afirma:

[...] Isso só se amplia incorporando pessoas. *Não é Marx, como eles estão pensando que é, é Adam Smith, o teórico do capitalismo* [grifo meu]. Para se realizar plenamente, a mercadoria tem de chegar a um número maior de pessoas, cada vez mais. Estas pessoas se acostumaram a uma economia para poucos. [...] É preciso fortalecer o capitalismo cultural no Brasil, mas não baseado na muleta do Estado (idem, p.208).

Juca Ferreira reafirma que “trata-se de uma lógica capitalista que precisa ser incorporada” (idem, p. 215). Ou seja, ampliar o consumo de bens culturais. Para isso, o ministro traz a tona o balanço do governo Lula compreendendo-o como o responsável por “milhões [...] saindo da miséria, da pobreza, migrando para a classe média” (idem).

Os ministros buscaram alicerçar essa relação amistosa da cultura com o mercado pautados no debate sobre desenvolvimentismo. Inclusive recorrem a Celso Furtado, Ministro da Cultura em 1986-1988. Ferreira alerta para essa relação:

É de Celso Furtado uma reflexão, digna de nota, que antecede em alguns anos sua ida para o Ministério da Cultura, do qual foi titular entre 1986 e 1988. Num livro de 1984: *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, Furtado escrevia: “O problema institucional maior que se coloca à sociedade brasileira, no momento presente, é exatamente esse de abrir espaço para a emergência e vitalização das forças que se alimentam a capacidade criativa da sociedade em todos os planos” (1984, p. 51). E Furtado acrescentava, então: “A política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural” (1984, p. 32). A percepção que a mola propulsora do desenvolvimento é a cultura – entendida aí como conjunto de atitudes e de mentalidades – é uma percepção que vem se cristalizando lentamente entre nós. Essa percepção precisa ser ainda mais alastrada e consolidada. (idem, p.79)

¹⁶ Entrevista para a revista ISTOÉ DINHEIRO, 30 de agosto de 2010.

O Ministério de Cultura, a exemplo do governo Lula, assume um *ethos* “desenvolvimentista” e traz a tona a caracterização de Celso Furtado para o setor. Segundo Cunha (2014), Furtado alertava que subdesenvolvimento se dava não só no campo econômico, mas cultural e político. Ou seja, “as classes dirigentes que se apropriam da maior parte do excedente disponível se identificam cultural e ideologicamente com as elites dos países do centro do capitalismo e orientam o sistema econômico nacional no sentido de reproduzir os padrões de consumo destas” (p. 38).

Juca Ferreira considera que é papel do Estado “promover e estimular o desenvolvimento cultural da sociedade” (ibidem, p. 49). Ele alerta que “criar condições de produção, difusão, preservação e livre circulação, regular as economias da cultura, democratizar o acesso aos bens e serviços culturais, isso é papel do Estado” (idem). Gil¹⁷ o reitera quando diz:

O Ministério da Cultura tem trabalhado exaustivamente a relação entre cultura e desenvolvimento.

Estamos reunindo forças, agregando parceiros e juntando recursos para viabilizar um amplo programa visando ao fortalecimento das atividades econômicas de produção e difusão de bens e serviços culturais no Brasil, capaz de contribuir para que o setor cultural realize seu potencial de estímulo à qualificação do capital humano do país e à geração de emprego, renda, inclusão social e diversidade. [...]

Como Enrique Iglesias, presidente do BID, assinalou em *Capital Social e Cultura – Chaves Estratégicas para o Desenvolvimento* (2000), trata-se de reconhecer a cultura como um fator central para o desenvolvimento dos países e a integração econômica regional da América Latina, criando as condições necessárias à incorporação do fomento das atividades econômicas da cultura ao rol das políticas governamentais estratégicas. Entre as políticas de Estado, portanto. (idem, p.339)

Nesse sentido, trazemos as parcerias tão citadas pelos ministros e resgatamos o debate anterior do terceiro setor. Ao compreendermos o governo Lula como social-liberal e, portanto, tendo uma das características a parceria público-privada, salientamos o papel fundamental do terceiro setor nessas relações. A ideologia também é reivindicada constantemente pelos ministros. Em continuidade a fala anterior, Gil é claro quanto a essa relação:

¹⁷ Palestra no Instituto Rio Branco em 30 de março de 2005.

[...] supõe-se que a realização do potencial existente demanda uma parceria efetiva entre o Estado, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil, para que os entraves apontados acima sejam superados. Está claro que o mercado, per si, ao menos no estágio atual do desenvolvimento das forças produtivas do setor, não dá conta, isoladamente, dos desafios existentes (idem, ibidem).

A consagração dessa relação se dá com o *Plano Nacional de Cultura* e o *Sistema Nacional de Cultura*. O primeiro já vinha sendo debatido na câmara dos deputados desde novembro do ano 2000 através do parlamentar federal Gilmar Machado (PT). Porém, não se conseguiu avançar no debate do projeto, principalmente pelo pouco empenho do MinC naquele momento, sob a gestão de Welfort no governo FHC, oposição ao PT.

Sua aprovação só se dá no ano de 2010 através da Lei nº 12.343, onde o PT era “situação” no executivo, o MinC estava fortalecido e havia maioria “petista” no Congresso. Antes de avançarmos no destrinchamento do PNC é importante diferenciá-lo do Sistema Nacional de Cultura (SNC). O primeiro tem uma estrutura mais ampla e carrega consigo a tarefa de delimitar princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que orientariam o poder público da área até 2020. O MinC é o responsável por efetivar tais condições. Porém, quando pautamos a forma prática que se dará tais condições, é aí que entra o Sistema Nacional de Cultura. O SNC será o elo que fomentará as 53 metas abordadas pelo PNC junto aos municípios, estados e governo federal para ampliar as políticas públicas para o setor. Como principais questões estão o controle do repasse de recursos e a avaliação das ações realizadas com esse repasse. Até fevereiro de 2015, 100% dos estados aderiram ao SNC e 34,5% dos municípios¹⁸, o objetivo, segundo as metas do PNC, é atender 60% dos municípios e 100% dos estados¹⁹ até 2020.

O PNC, em convergência com as propostas de Gil-Juca, reitera “uma perspectiva ampliada da cultura, na qual se articulam três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica” (BRASIL, 2013, p. 17). O documento é claro quanto diagnóstica que a valorização da cultura deve vir acompanhada da injeção de espaços que a reproduzam e ampliem (teatros, museus, centros culturais etc.), portanto, estimule a cultura enquanto mercadoria. Para contribuir com essa questão, tem-se

¹⁸ “Quantitativo de Estados e Municípios de Acordo com o 28.1”:

<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/1228541/3.+Quantitativo+de+Munic%C3%ADpios+e+Estados+com+Acordo+28.1.pdf/61a9be75-969b-45b0-9c22-74972c002ae6> Acessado em 27/01/2015.

¹⁹ Já cumprido.

como principal objetivo o aumento do orçamento da cultura para 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro até 2020²⁰.

Antes de avançarmos nas principais metas que dialogam com este trabalho, é importante resgatar o debate acima quando se trata do modelo de aplicação delas. Lembremos que o MinC segue a cartilha social-liberal do governo PT, portanto se insere na lógica de parcerias público-privadas, conforme pondera Gil²¹ ao apresentar sua concepção de cultura e desenvolvimento:

[...] supõe-se que a realização do potencial existente demanda uma parceria efetiva entre Estado, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil, para que os entraves apontados acima sejam superados. Está claro que o mercado, per si, ao menos no estágio atual do desenvolvimento das forças produtivas do setor, não dá conta, isoladamente, dos desafios existentes (p. 339, *ibidem*).

Nesse sentido, o SNC tem um papel determinante no diálogo com o denominado terceiro setor segundo Gil:

Priorizamos também a conceituação do Sistema Nacional de Cultura, de modo a articular o poder público em suas três esferas, a iniciativa privada e o terceiro setor; a articulação internacional, participando de todas as instâncias de decisão com o objetivo de celebrar o princípio da diversidade cultural e promover uma integração de fato com a América do Sul e a África; a articulação com a sociedade e o poder público (prefeituras, governos estaduais, Congresso, outros ministérios) para repactuar as relações do setor e elaborar novas regras e políticas; a realização de projetos de inclusão e descentralização, e a intervenção na economia da cultura, buscando compreendê-la em sua complexidade (p. 283, *idem*).

Essa concepção de gestão está presente de forma explícita na redação do PNC (Lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010), quando nos atentamos para o Capítulo II que trata “Das atribuições do poder público”. A começar pelo Inciso XII:

Art. 3º Compete ao poder público, nos termos desta Lei:

²⁰ Segundo os gráficos da “Auditoria Cidadã da dívida” o orçamento para a cultura em 2014 estava em 0,13%. Para mais informações: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/> Acessado em 10/12/2014.

²¹ Palestra realizada no Instituto Rio Branco.

XII – incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura por meio de ações próprias, parcerias, participação em programas e integração ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC. § 1º O Sistema Nacional de Cultura – SNC, criado por lei específica, será o principal articulador federativo do PNC, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada entre os entes federados e a sociedade civil [...]

§ 5º Poderão colaborar com o Plano Nacional de Cultura, em caráter voluntário, outros entes, públicos e privados, tais como empresas, organizações corporativas e sindicais, organizações da sociedade civil, fundações, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a garantia dos princípios, objetivos, diretrizes e metas do PNC, estabelecendo termos de adesão específicos (BRASIL, 2010).

Tal inciso é fundamental para reconhecermos o papel desempenhado pelo SNC na promoção das parcerias público-privadas estabelecidas pelo PNC. Quando tratamos em “entidades da sociedade civil” reconhecemos o papel protagonizado pelo terceiro setor na condução dessa relação. O SNC contribui ao efetivar na prática a articulação entre o público (ente federado) e privado (sociedade civil). Característica que visa fundamentalmente irromper a centralidade do poder público na direção dessas políticas e deslocá-la para a gestão do setor privado, onde as parcerias escamoteiam a reflexão do que é o público.

Gilberto Gil e Juca Ferreira externaram em suas gestões o inconformismo com a concentração de recursos culturais para o Sudeste e sempre para os mesmos produtores e artistas. A famosa expressão criada por Gil denominada “do-in antropológico” representava isso para Juca Ferreira²²:

Aquela [expressão] deixava evidente que não poderíamos administrar o Ministério da Cultura sem democratizar, sem federalizar e sem interiorizar as suas ações. Precisávamos desconcentrar a nossa política cultural, trazer para o seu raio de ação as expressões culturais até então sem acesso do apoio ao Estado (ALMEIDA, ALBERNAZ e SIQUEIRA, 2013, p. 76).

²² Artigo “A centralidade da cultura no desenvolvimento” In: BARROSO, Aloísio Sérgio, RENILDO (Orgs.) Desenvolvimento: ideias para um projeto nacional. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. p.265-278.

A *democratização* e a *interiorização* se deu, *a priori*, com a conjugação das parcerias públicas-privadas e a valorização da cultura popular. Nesse âmbito, podemos reconhecer os *Pontos de Cultura* como um programa que introduziu essa perspectiva no campo das políticas culturais dessa gestão. Gil²³ disserta quanto a este programa:

Os Pontos de Cultura são intervenções agudas nas profundezas do Brasil, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local. [...] Cada Ponto de Cultura é um amplificador das expressões culturais da sua comunidade. [...] As comunidades e seus criadores poderão escolher as atividades, os equipamentos, os treinamentos. Serão usuários e gestores ao mesmo tempo, através de conselhos, com a ajuda dos parceiros que podem ser ONGs ou o poder público local (idem, p.329).

Os Pontos de Cultura integram o denominado “Programa Cultura Viva”²⁴ do MinC. Podemos definir o “Ponto de Cultura” como iniciativas culturais escolhidas num processo seletivo, feita por um edital específico, através de parcerias com entidades governamentais ou não governamentais. Feita a parceria com o MinC, a entidade beneficiada recebe uma quantia para o desenvolvimento do projeto²⁵.

Souza (2010, p. 177) alerta para a forma utilitarista dos “Pontos de Cultura” imerso em um nexo de apropriação das iniciativas culturais localizadas em “comunidades que se encontram em situação de pobreza ou vulnerabilidade social” para inseri-las numa lógica de mercado. É interessante dar um destaque, segundo estatísticas levantadas pelo autor, que além da maximização das parcerias públicos-privadas, percebemos o aumento contingencial dos *precariados* que trabalham nesses pontos. Segundo uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

²³ Palestra sobre Políticas Culturais no Brasil na Universidade de Columbia. Nova York, 21 de fevereiro de 2005.

²⁴O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva foi criado e regulamentado por meio das portarias nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005 do Ministério da Cultura. Surgiu para estimular e fortalecer no país rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura. Fonte: <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1> Acessado em 23/01/2015.

²⁵Podem participar dos editais de seleção pública pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que sejam de natureza cultural como associações, sindicatos, cooperativas, fundações privadas, escolas caracterizadas como comunitárias e suas associações de pais e mestres, ou organizações tituladas como organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e Organizações Sociais (OS), sediadas e com atuação comprovada na área cultural de, no mínimo, três anos em seu respectivo estado e/ou município.

Os projetos a serem selecionados deverão partir de iniciativas culturais e funcionar como instrumento de pulsão e articulação de ações já existentes nas comunidades, contribuindo para a inclusão social e a construção da cidadania, seja por meio da geração de emprego e renda ou do fortalecimento das identidades culturais.

Em geral os Pontos de Cultura selecionados recebem o valor de R\$ 180 mil, distribuídos em três anos consecutivos. Fonte: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1> Acessado em 12/01/2015.

(IPEA), em pesquisa realizada entre 2007 e 2008, publicada em 2010, de 526 pontos de cultura no Brasil temos dados alarmantes²⁶:

Constata-se [...] o grande percentual (em torno de 40%) de trabalhadores voluntários nos Pontos. Indo além: mesmo aqueles que são remunerados o são sem nenhum tipo de vínculo formal. Não há carteira de trabalho e os direitos a ela relacionados neste tipo de emprego, que pode, assim, ser caracterizado como um [...] *emprego precário* – que, justamente por não carregar o “fardo” dos direitos trabalhistas sai tão “barato” para o Estado. Confronte-se isso com a total ausência de concursos públicos para a área da cultura nos últimos anos (idem, p. 213).

Uma confirmação do avanço das atuais políticas do social-liberalismo para o conjunto da classe trabalhadora, em profunda retração dos seus direitos e avanço do precariado. No caso da cultura brasileira, as gestões de Gil e Ferreira (2003-2010) ousaram em potencializar um Ministério até então inerte para a elevação da adesão a políticas públicas direcionadas a desconcentração de recursos. Porém, suas ações se nortearam pelo desenvolvimentismo cultural, de moldar a cultura a uma plataforma de valorização da economia, e do social-liberalismo, através de parcerias público-privadas, principalmente com o terceiro setor.

Conclusão

As reconfigurações do capitalismo no final da década de noventa, resultantes dos fracassos do neoliberalismo ortodoxo e o aumento dos conflitos de classes no mundo, principalmente na América Latina, reabriram junto a burguesia mundial o debate da forma de gestão do Estado mais adequada para impedir o desenvolvimento de agitações sociais. A saída encontrada foi a da incorporar estas “questões sociais” sob uma lógica que imergisse diferenças de classe e buscasse aprofundar as relações do mercado com o Estado, através de parcerias evidenciadas, principalmente, com o terceiro setor.

Estas ações encontram terreno fértil no campo da cultura, setor constantemente reivindicado pelos organismos multilaterais internacionais enquanto potencial econômico, ou seja, reiteram a compreensão da cultura sob a lógica mercadológica. Elemento que é incorporado nas gestões de Gil e Ferreira (2003-2010) junto ao Ministério da Cultura quando desenvolvem mecanismos de gestão da cultura popular em diálogo com o terceiro setor. Ao assumirem um compromisso de reconfigurar

²⁶ BARBOSA, Frederico e ARAÚJO, Herton E (orgs.). Cultura Viva: Avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania. Brasília: IPEA, 2010.

o MinC, estes ministros se alinham a proposição do social-liberalismo adotada pelo governo Lula e conduzem suas políticas na ampliação das parcerias público-privadas na periferia.

Referências

ALMEIDA, A.; ALBERNAZ, M. B.; SIQUEIRA, M. **Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da cultura 2003-2010**/Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

BRASIL. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: [s.n.]. 2013. p. 1-113.

CASTELO, R. **O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CEVASCO, M. E. **As Dez Lições Sobre os Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CUNHA, V. **Subdesenvolvimento cultural no pensamento de celso furtado**. 2014. 60 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

JAMESON, F. **El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado**. Madrid: Paidós, 2011.

MONTAÑO, C. E. **Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6a. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTTA, V. C. D. **Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

REIS, R. R. O antirreino da liberdade: pós-modernismo e má-fé. In: RODRIGUES, J. D. S. **A universidade brasileira rumo à nova América: pós-modernismo, shopping center e educação superior**. Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 141-165.

Relatório da Economia Criativa 2010 - Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável. Organização das Nações Unidas. [S.l.], p. 393. 2010.

SOUZA, V. N. D. **“Novo desenvolvimentismo” brasileiro e democratização da cultura: o caso do Programa Cultura Viva**. 2010. 258 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, mar/mai 2005. 210-224.

_____. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.